

Pobreza e suas implicações psicossociais

Verônica Moraes Ximenes

Lorena Brito da Silva

Elívia Camurça Cidade

Carla Evelline de Sousa Camurça

Alana Braga Alencar

Introdução

A compreensão da pobreza como fenômeno que congrega elementos políticos, simbólicos e ideológicos (Cidade, Moura, & Ximenes, 2012) representa importante avanço científico ao solicitar do saber psicológico novos redimensionamentos teóricos e práticos, capazes de fornecerem uma leitura crítica quanto às implicações do problema da pobreza no desenvolvimento do psiquismo e dos modos de viver. Decorre, daí, que não é possível conceber o sujeito como oriundo somente de aspectos intrapsicológicos, mas sim constituído inters psicologicamente no foro das relações sociais e dos jogos de poder. No que concerne à realidade brasileira, estima-se que 16,2 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, estando localizado na região nordeste do país 59% deste total (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011).

Durante longo período, a consideração da pobreza como deficiência no consumo ou na renda, perspectiva comum à Abordagem Monetária (Laderchi, Saith, & Stewart, 2003), favoreceu a propagação de ideias que associavam este fenômeno à deficiência no poder de consumo dos indivíduos. Havia, com isso, a crença de que o mercado obedeceria a certo processo natural de regulação em que as pessoas que necessitassem de ajuda para sobreviver encontrariam no sistema capitalista os meios para a solução dos seus problemas (Mendonça, 2006). A simplória justificativa da restrição do poder de consumo como explicação para a existência da po-

breza não mais se sustenta, pois, assim como exposto por Rolim, Andrade, Santana e Melo (2006, p. 514), “a pobreza é um fenômeno multifacetado e com causas variadas, presente em todas as sociedades, variando no que se refere ao volume e suas determinações”.

A Abordagem das Capacitações (AC), criada pelo autor Amartya Kumar Sen, representa importante teoria econômica que agrega o olhar multidimensional à pobreza ao conceber que este fenômeno interfere na capacidade dos sujeitos de exercer sua liberdade. Contudo, é necessário que a esta concepção sejam acrescentados estudos que abordem de modo aprofundado a dimensão subjetiva da vida em condições de pobreza, que se manifesta em comportamentos, ideias e sentimentos reforçadores da submissão, alienação e resignação com uma vida que aparece cotidianamente como predeterminada, sem possibilidade de transformação. É necessário, portanto, a Psicologia se apropriar do contexto da pobreza para poder desenvolver teorias e práticas que respondam às demandas da classe pobre, rompendo com a prevalente teorização utilitarista deste fenômeno e avançando em direção ao comprometimento ético e social (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010).

A Psicologia Comunitária, ao enfatizar seu compromisso ideológico por trabalhar com sujeitos advindos de situação de pobreza (Góis, 2008; Montero, 2004), afirma o interesse por elaborar conhecimentos e referenciais teóricos no sentido de contribuir para a melhoria de vida dessas pessoas. Trata-se, portanto, do empenho em desenvolver concepções que enfoquem as potencialidades dos sujeitos em condições de pobreza, seu potencial de ação e adaptação psicossocial a uma configuração cotidiana que parece ser imutável. A pobreza é, então, entendida a partir de questões materiais, econômicas, ideológicas, simbólicas, psicológicas e culturais que marcam o modo de organização e significação da realidade cotidiana.

Martín-Baró (1986), ao trazer para a psicologia a compreensão de Cultura da Pobreza do antropólogo Oscar Lewis, enfatiza a existência de aspectos culturais comuns à pobreza e que se perpetuam, ao longo de gerações, em decorrência do conjunto de normas e de atitudes compartilhadas pelos sujeitos diante de circunstâncias externas desfavoráveis. Nesse sentido, a cultura da pobreza designa tanto uma adaptação como uma reação dos pobres e “representa um esforço para manejar os sentimentos

de impotência e desesperança que se desenvolvem ante a comprovação de que é improvável ter êxito seguindo os valores e fins da sociedade mais ampla” (Lewis, 1969, citado por Martín-Baró, 1986, p. 88, tradução nossa).

O fatalismo, fenômeno psicossocial definido por Martín-Baró (1986), representa uma destas estratégias adaptativas que permite ao sujeito atribuir a um destino fatal as causas de seu sofrimento, estando, portanto, associado à concepção da vida como algo predeterminado e fruto de uma vontade divina, resignação frente ao próprio destino, aceitação do sofrimento e pessimismo. O fatalismo favorece a elaboração de sistemas explicativos sobre a realidade.

Este artigo relaciona-se com a pesquisa “Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim (Fortaleza) e da Canafistula (Apuiarés/Ceará)”¹, realizada pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM)² da Universidade Federal do Ceará, cujos objetivos foram analisar como a pobreza está presente e se incorpora no desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos que vivem nessa situação, mediante seus sentimentos, pensamentos e ações, assim como avaliar as influências da pobreza na saúde das pessoas que estão nesse contexto. No caso específico deste artigo, seu objetivo é analisar as implicações psicossociais da pobreza multidimensional e suas relações com o fatalismo.

Pobreza e psicologia

Segundo Dantas et al. (2010), os pobres, nas produções científicas psicológicas, aparecem unicamente como aqueles que não são portadores de meios para suprir necessidades de alimentação, evidência esta coerente com a perspectiva unidimensional, que utiliza somente o indicador monetário da linha da pobreza. Diante dessa constatação, pode-se afirmar

¹ A pesquisa obedeceu à Resolução 196/96, tendo sido submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, por meio de sistema da Plataforma Brasil, Parecer Nº 191.508. Foi realizada com financiamento MCTI /CNPq /MEC/CAPES Nº 07/2011, coordenada pela Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes.

² O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), do Departamento de Psicologia da UFC, criado em 1992, tem por objetivo ampliar a atuação da psicologia comunitária no tripé ensino-pesquisa-extensão, que caracteriza um núcleo universitário. Para informações, consulte o site: www.nucom.ufc.br

que a Psicologia, ao estruturar sua atuação e seu campo teórico em um viés de reprodução e de manutenção das concepções de pobreza voltadas somente para o âmbito monetário, distancia-se de uma perspectiva política de atuação e de busca pela transformação de relações que perpetuam o não acesso dos indivíduos a uma vida digna. Segundo Marujo e Miguel (2010), é necessário mudar a atenção conferida às variáveis psicológicas no sentido da consideração das dinâmicas econômicas, sociais e políticas relacionadas à pobreza.

Por conseguinte, a Abordagem das Capacitações (Sen, 2000), ao considerar os vários elementos que incidem sobre a realidade de pobreza, converge com as elaborações no campo psicológico que anunciam um movimento de libertação (Martín-Baró, 1986; Ximenes & Góis, 2010; Guzzo & Lacerda, 2009; Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça, & Soares, 2008) tanto das concepções difundidas sobre o que é a pobreza, suas causas e consequências psicológicas, como sobre quais alternativas possíveis tendo em vista a construção de um conhecimento crítico a favor dos sujeitos que vivenciam a opressão decorrente da pobreza.

Para compreender adequadamente a pobreza, é preciso entender sua relação com o sistema capitalista e o modelo neoliberal de produção e exploração, relação essa que transforma tudo em mercadoria, desde a força de trabalho do sujeito até os bens e serviços produzidos pela humanidade. O desemprego, a desigualdade e a exploração são marcas importantes desse sistema, visto que são peças importantes para sua manutenção, produzindo um enorme exército reserva de trabalhadores e diminuindo a pressão social por melhores condições de trabalho e vida (Stotz, 2005).

Tais modelos econômicos são envoltos por uma lógica perversa que fortalece a ideia de que o fracasso ou sucesso de cada um depende unicamente de fatores individuais. Esse mecanismo ideológico sustenta a lógica da dominação (Moreira, Bandeira, Cardoso, & Scalón, 2011) ao naturalizar a realidade e transformar fenômenos históricos em fatos naturais dados e acabados (Cidade et al., 2012). Faz-se necessário questionar e desconstruir compreensões naturalizantes da pobreza, evidenciando sua construção social e histórica e problematizando o fato dos indivíduos encontrarem-se envoltos por “correntes ideológicas de marginalização e de culpabilização pela sua situação” de pobreza (Cidade et al., 2012, p. 89). É importante, também, compreender esse fenômeno em sua com-

plexidade e multidimensionalidade, em perspectiva macro e micro social, nas dimensões estruturais que a sustentam, assim como nas repercussões que promove nos modos de vida e na subjetividade dos sujeitos que a vivenciam.

Ao analisarmos a pobreza, enquanto fenômeno multidimensional, a compreendemos em função das diversas formas de privação de liberdades envolvidas: da liberdade básica de sobreviver, da igualdade de gênero, de acesso a serviços de saúde, de educação de qualidade, de segurança, liberdade civil e política, de transitar pela cidade, entre outras. Sen (2000) propõe uma nova compreensão da pobreza e das medidas necessárias para a sua erradicação, compreensão essa que não deve se centrar exclusivamente no aumento de renda, mas também na expansão e qualificação da educação básica e dos serviços de saúde, na distribuição de terra, na diminuição das diferenças de raça e de gênero, entre outras.

Nesse enfoque multidimensional, todo sujeito é dotado de capacidade de transformar a si e sua realidade. Entretanto, para o desenvolvimento de tal capacidade, são necessárias a garantia e a proteção das condições sociais e materiais que possibilitem boas condições de vida pelo Estado e sociedade (Cidade, 2012). A vivência em condição de pobreza envolve uma destituição material que processualmente se relaciona com o enfraquecimento da capacidade do sujeito de construir sua própria história.

Dessa forma, pensar na pobreza é descortinar os elementos ideológicos que marcam a construção social da nossa sociedade e que por vezes acabam por negar ou forjar as implicações materiais e simbólicas da vivência em condições de pobreza na construção do psiquismo humano. Segundo Accorssi (2011), essas implicações psicossociais estão impressas nos indivíduos cotidianamente e são manifestas em termos dos pensamentos de si e do mundo, tendo reflexos psíquicos e materiais. Trata-se de implicações que também carecem de uma análise que contemple os significados do ser pobre em um determinado contexto e situação cultural (Bastos, Rabinovich, & Almeida, 2010).

A consideração de que há, na vida em condições de pobreza, aspectos culturais dela decorrentes, coloca para reflexão os caminhos alternativos encontrados pelos sujeitos pobres e que vão contra as ideias estigmatizadoras perpetuadas de uma suposta aceitação passiva das privações

vivenciadas. Há, na verdade, uma potência de reação (Sawaia, 2009), que, embora expresse o sofrimento e o padecimento dos sujeitos por viver em situações marcadas pela desigualdade, não é capaz de anular a capacidade dos indivíduos de exercer suas liberdades.

Nesse sentido, o fatalismo se inscreve como um fenômeno psicossocial intimamente relacionado com o modo com que os indivíduos experienciam essas condições de vida. Ele é marcado pelo conformismo dos grupos e indivíduos com condições deploráveis de existência e com um regime de vida opressor (Martín-Baró, 1986). Expõe, ainda, sobre a visão que o indivíduo tem sobre o mundo, seu entorno e as relações que estabelece. Refere-se a uma postura adotada pelos sujeitos sobre si e sobre sua vida e

Constitui uma relação de sentido entre as pessoas e o mundo ao que se encontram fechado e incontrolável, quer dizer, se trata de uma atitude continuamente causada e reforçada pelo funcionamento opressor das estruturas macro sociais. A criação das favelas ... introjeta o fatalismo não como uma herança paterna e como fruto de sua experiência frente a sociedade (Martín-Baró, 1986, pp. 89-90, tradução nossa).

O fatalismo pode ser examinado em uma tripla vertente - afetiva, comportamental e ideacional (Martín-Baró, 1986). Na dimensão dos sentimentos, há a resignação frente ao próprio destino, o distanciamento emocional e a aceitação do sofrimento; nas ações, há a submissão, o conformismo, a passividade e a falta de memória e perspectivas; já as ideias se caracterizam pela predefinição da vida e pela religião.

A perpetuação do fatalismo é possível à medida que são mantidas relações de opressão resultantes de contextos marcados pela pobreza. Contudo, mesmo vivendo nessa situação, segundo Sawaia (2009) e Góis (2003, 2008), o ser humano deve ser encarado como repleto de potencialidades, pois, embora existam estruturas cerceadoras de liberdade, há, em contrapartida, possibilidades de mudança e de transformação. O indivíduo pode encontrar as mais variadas alternativas para sobreviver em condições de existência desumana, demonstrando, com isso, seu potencial de (re)agir frente às condições adversas. Montero (2010, p. 65) aponta as contribuições do conceito de fortalecimento, entendendo-o como

O processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem, conjuntamente, capacidades e recursos para controlar sua vida, atuando de maneira comprometida, consciente e crítica para alcançar a transformação de seu entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando, ao mesmo tempo, a si mesmos. (Montero, 2010, p. 65, tradução nossa)

Os trabalhos comunitários e as pesquisas sobre a pobreza e a psicologia colaboraram para o desenvolvimento de ações que visem ao fortalecimento dos sujeitos em condições de pobreza a fim de que transformem a sua realidade pessoal e coletiva. A visão de ser humano enquanto um ser de potencialidades possibilita a compreensão da pobreza como um fenômeno social que pode ser alterado a partir de mudanças psicológicas, sociais e materiais.

Percursos metodológicos

A consideração da complexidade da temática investigada permitiu o uso de uma abordagem metodológica mista (Creswell, 2010) com fundamentos nas pesquisas qualitativa e quantitativa, o que favoreceu a complementaridade dos olhares e recortes da realidade. O método quantitativo viabilizou a coleta de informações de forma condensada, contribuindo para a administração do tempo e da quantidade de pessoas, a partir da utilização de um questionário composto por diversas escalas. O método qualitativo foi central para conhecermos os sentidos e significados dos participantes sobre a pobreza e as formas de sobrevivência com essa realidade, tendo sido utilizados a visita domiciliar e os grupos focais.

Participaram da pesquisa 417 pessoas, 208 da comunidade de Canafístula (Comunidade rural, Distrito do Município de Apuiarés/CE) e 209 do Grande Bom Jardim (Comunidade urbana de Fortaleza/CE). Os participantes da pesquisa tinham mais de 18 anos e moravam há mais de um ano em uma das comunidades, tendo todos assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Destacamos que a escolha das comunidades se deu em virtude da realização de projetos de extensão que desenvolvemos no NUCOM, como também a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2011) que apresentam que a pobreza no Nordeste encontra-se 35,4% na zona rural e 11,7% na zona urbana.

O Grande Bom Jardim é uma das regiões mais populosas de Fortaleza e é formada pelos bairros do Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Esses bairros estão situados no território da Secretaria Executiva Regional V (SER V), possuindo 541.511 habitantes, dentre os quais 38.554 (7,12%) vivem em extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a 70 reais, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2012). A comunidade de Canafistula está localizada a 26 km de distância da sede do Município de Apuiarés e 118 km de Fortaleza. Vivem na comunidade em torno de 170 famílias, no total de pouco mais de 1.000 pessoas, desenvolvendo atividades na agricultura e na cultura de animais típicos do sertão, sendo a renda proveniente destas atividades e de benefícios sociais, funcionalismo público e aposentadorias.

Processo de construção dos dados

O questionário da pesquisa contou com 173 itens e foi construído a partir da análise de outros instrumentos vinculados às categorias Pobreza, Saúde e Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Foi realizado um pré-teste com 22 sujeitos das duas localidades pesquisadas, onde pudemos revisar o instrumento de maneira geral, deixando-o mais sucinto e objetivo. Foram pesquisadas categorias relacionadas aos problemas e às estratégias de enfrentamento da pobreza, tais como: pobreza multidimensional, fatalismo, bem-estar pessoal, sentimento de comunidade, saúde mental, esperança, vergonha e humilhação, impactos da seca e apoio social. Especificamente, destacaremos dois instrumentos que contribuíram nas análises deste artigo, sendo eles: o Instrumento de Pobreza Multidimensional e a Escala de Fatalismo.

O questionário de Pobreza Multidimensional conta com 31 itens, composto por dados de controle (caracterização geral dos entrevistados) e por um Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (Sen, 2000). Esse instrumento teve como bases os estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), Cidade (2012), Piccolotto (2006) e Avila, Bagolin e Comim (2012). Ele está dividido em cinco grandes dimensões: educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza. Traz em si perguntas ordinais, nominais e escalares.

A Escala Multidimensional de Fatalismo foi aplicada inicialmente no México e validada nos Estados Unidos por Villar, Soto e Saucedo (2010). É composta originalmente por 30 itens, agrupados em cinco fatores, sendo eles: fatalismo, pessimismo/desesperança, lócus interno, sorte e controle divino. Para o processo de validação da escala no Brasil, optou-se por um formato breve com 15 itens, escolhidos aqueles com maior carga fatorial. A Escala de Fatalismo adaptada ao Brasil apresentou uma excelente consistência interna (Alpha de Cronbach = .80). Outros índices satisfatórios da escala nesse estudo foram o KMO (Kaiser Meyer Olkin) (= .835) e o Teste de Esfericidade de Bartlett ($p < .001$), mostrando que a escala poderia ser submetida a uma análise fatorial. A Análise Fatorial Exploratória, com rotação Oblimin Direto, identificou ainda que a escala por nós utilizada apresenta quatro fatores, os quais somam uma Variância Total Explicada de 57,27%. Esses fatores também foram confirmados por meio da análise Varimax. A consistência interna desses, medida pelo *Alpha de Cronbach*, variou de .80 para sorte; .76 para controle divino; .50 para *Locus* interno e .43 para pessimismo. É importante salientar que os dois últimos fatores não têm valores adequados estatisticamente, mas serão usados a partir de critérios teóricos como importantes para explicação do construto fatalismo.

A etapa qualitativa ocorreu posteriormente à etapa quantitativa e contou com a realização de cinco grupos focais (GF³), três grupos na Comunidade da Canafístula com a participação de 22 moradores e dois grupos na Comunidade do Bom Jardim, onde participaram 16 pessoas. Todos os participantes do grupo haviam anteriormente respondido ao questionário e haviam se disponibilizado para esta segunda fase. As perguntas foram construídas a partir das categorias centrais da pesquisa, e os instrumentos foram aplicados diretamente de forma individual ou em grupo, dependendo do grau de instrução do participante.

Os dados provenientes da etapa quantitativa foram organizados em um banco no pacote estatístico SPSS 20.0. Para a análise das 31 primeiras questões, foram calculadas as frequências, buscando caracterizar a amostra. Posteriormente, foi calculado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), fazendo algumas correlações de *Person*, usando o índice de significância estatística de até 5%. As análises estatísticas e os dados foram

³ Os dados provenientes dos Grupos Focais serão identificados da seguinte forma: GPC para dados da Canafístula e GPBJ para dados do Bom Jardim.

interpretados com base nas teorias estudadas. O material discursivo foi transcrito, submetido a leituras sucessivas, transversais e horizontais, de maneira a permitir a apreensão do conjunto, bem como a identificação dos temas centrais, que agregam as várias dimensões presentes nas narrativas e que constituirão os eixos da rede de significados, tendo sido utilizado o *software ATLAS.ti 5.2* para sistematizar as análises dos dados.

Resultados e discussões

Dos 417 questionários aplicados, 50,4% são de moradores de Fortaleza e 49,6% de Canafístula (Apuiarés). Sobre a faixa etária dos participantes, 34,9% eram jovens, 54,7% adultos e 10,3% idosos, tendo sido a média de idade dos participantes de 40,07, fato interessante para pensar que essas pessoas estavam ou já estiveram inseridas no mercado de trabalho e, geracionalmente, viveram diferentes experiências e relações. Desses, 48,2% residem com alguma companhia fixa, sendo 38,6% solteiros. Destaca-se o fato de 73,6% dos participantes frequentarem igrejas e espaços religiosos, sendo, deste total, 67,6% católicos e 23% evangélicos e protestantes. Apenas 12,2% distribuem-se em outras religiões e 3,8% afirmam não possuir uma. Assim, pode-se perceber que há uma presença marcante da religião na vida das pessoas, sobretudo a católica.

No que diz respeito ao sexo, 28,1% eram homens e 71,7% mulheres, número que retrata uma realidade histórica e cultural (Saffioti, 2004), visto que eram elas que, em sua maioria, tinham abertura para a participação da pesquisa. Sobre a quantidade de filhos por família, nota-se que 80% dos entrevistados possuem até 4 filhos, considerando que 34,3% das pessoas não possuíam filhos e 46% possuem entre 1 e 4 filhos. Consideravelmente, o número de filhos por família diminuiu, sendo neste estudo uma média de 2,6% filhos por pessoas, o que vai contra o estigma presente em nossa sociedade de que quem é pobre e/ou beneficiário de Programa de Transferência de Renda tem cada vez mais filhos para adquirir mais dinheiro.

Sobre o acesso à saúde, 25,7% pessoas informaram sempre receber atendimento de profissionais de saúde, 19,2% recebem frequentemente, 47,5% informaram receber poucas vezes e 7,4% informaram nunca receber o atendimento. Especificamente no contexto rural, 60,74% sempre re-

cebem atendimento, 45% recebem frequentemente, e 53,3% afirmaram nunca receber algum tipo de atendimento. No contexto urbano, 39,26% afirmaram sempre receber, 55% revelaram ter acesso frequentemente e 46,7% nunca teriam recebido quando necessário. Em relação à dificuldade no acesso aos serviços de saúde devido a problemas de transporte, 71,2% informaram não encontrar dificuldades e 28,3% já encontraram. Essas frequências corroboram com o posicionamento dos participantes do grupo focal de queixa diante dos serviços disponíveis, principalmente diante do modo como são atendidos e da dificuldade em serem atendidos para casos mais complexos: *“Quando o médico não vem, a gente tem que ir atrás de médico em Apuiarés, em Fortaleza, em qualquer canto. Na hora em que ele falta, eu tenho que me deslocar”* (GFC).

Sobre o trabalho remunerado, 55,6% afirmam não ter nenhum tipo de trabalho remunerado, enquanto 44,4% afirmam possuir. Especificamente sobre a renda pessoal, 24,9% possuem uma renda inferior a 85 reais, encontrando-se na faixa de extrema pobreza; 54,6% possuem uma renda pessoal superior a 85 reais e inferior a 1 salário mínimo e 19,9% possuem uma renda superior a 678,00. Sobre a renda familiar, 1,2% afirmam não ter rendimentos, 22,3% informaram ter um rendimento familiar inferior a 1 salário mínimo, 51,8% possuem uma renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, 19,2% informaram que a família recebe entre 3 e 5 salários e 3,1% possuem uma renda familiar de 5 salários. Salientamos a possibilidade das perguntas sobre trabalho e renda terem sido alteradas pelos sujeitos diante do receio de perder algum benefício. A partir das ideias de Rocha (2013) e Rego e Pinzani (2013), as pessoas que não possuam vínculos empregatícios desenvolvem uma série de atividades autônomas, diante da possibilidade de ter uma renda maior e por terem condições de trabalho mais flexíveis. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) apontam que a participação dos beneficiados na População Economicamente Ativa (PEA) é de 68,3% - esse índice está acima da média nacional, que é de 67,2%. Outro dado a ser considerado é que 10% dos 3,5 milhões de microempreendedores individuais do Brasil recebem o Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2013).

No que concerne ao processo de escolarização, das 415 pessoas que responderam ao item, 8,2% dos participantes não estudaram, 25,4% es-

tudaram até 5 anos, 16,8% estudaram entre 6 e 9 anos, 10,6% estudaram entre 10 e 11 anos e 38,6% estudaram 12 ou mais anos. Especificamente, 73,4% tiveram adultos que estudaram na família por mais de 9 anos. De acordo com Avila et al. (2012), a educação é uma dimensão importante, porque se relaciona ao grau de escolaridade acumulado, sendo uma possível estratégia de superação da pobreza. Diante disso, para investigar a relação entre o tempo de estudo e a renda pessoal, buscamos conhecer a qualidade da associação entre duas ou mais variáveis, realizando uma correlação de *Person*. Não há uma causalidade entre as variáveis, visto que $p = 0.752$. Assim, podemos perceber que a temporalidade do estudo não tem se revertido, necessariamente, em mudança nas condições financeiras e de vida especificamente nos sujeitos pesquisados.

Sobre a moradia, 80,6% residem em casa própria, 9,1% em moradias cedidas, 8,6% em casas alugadas e 1,2% em ocupações. Dentre os tipos de casa, 89% são de alvenaria, 9,6% de taipa, 1% de madeira. Desse total, 96,2% possuem água encanada. Em relação ao tipo de chão da casa, 61,4% têm o chão de cimento, 32,4% de cerâmica e 5,3% de terra batida. Sobre os utensílios domésticos, eletrodomésticos e veículos próprios para a locomoção, 416 pessoas informaram que: 363 possuem mais de 5 recursos (87,1%) e 53 possuem quantidade inferior a 5 recursos (12,7%). Dentre os entrevistados, 68,6% possuem em seus banheiros vasos com descarga, 26,1% possuem vasos sem descarga e 2,2% dos participantes utilizam buracos no chão. Sobre o destino das fezes, o sistema de saneamento é realizado por fossas em 68,3% dos casos, 4,6% depositam em céu aberto e somente 26,6% possuem sistema de esgoto.

Percebe-se em nossa sociedade uma mudança considerável nas condições de vida da população, sobretudo no que diz respeito ao acesso à alimentação, educação, saúde, bens de consumo e à casa própria. Contudo, essas mudanças ainda são mínimas diante de problemas históricos, como é o caso saneamento básico, que ainda é uma lacuna na assistência garantida pelos governos. Há um poder maior de consumo e de fortalecimento na economia brasileira, onde a cada 1 real gasto estimula-se um crescimento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto do país, fazendo a economia girar em 240% (MDS, 2013). Entretanto, investimentos na área do saneamento básico e no acesso ao fornecimento de água de qualidade demandam financeiramente custos elevados às gestões, sem diretamente

ter um retorno na economia como o esperado no desenvolvimento de ações de transferência de renda (Mendonça & Mota, 2008). Essa argumentação, em muitas ocasiões, acaba se configurando como justificativa para a ausência de investimentos adequados nesses campos, o que traz como consequência sérios riscos de comprometimento do estado de saúde, sobretudo dos sujeitos residentes nas periferias dos grandes centros urbanos e nas áreas rurais.

Aspectos subjetivos da vida em condições de pobreza

Quando se perguntou sobre como se consideram, 37,2% das pessoas entrevistadas se consideram pobres, 3,6% consideram-se ricas e 59% afirmam não ser nem ricas, nem pobres. Ao compararmos esses dados com as participações nos grupos focais, percebemos que tais respostas foram dadas tanto com base em possíveis mudanças que ocorreram ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito ao acesso à alimentação, ao consumo, às melhorias na estrutura de suas casas. Sendo assim, comparativamente, diante do que já viveram, não se consideram mais pobres, estando hoje em melhores condições: *“antigamente era muito pior, não tinha escola, quando tinha seca não tinha o que beber, comer, hoje não tem falta de comida ou água para nós, é mais comida para os bichos”* (GFC). Há que se ressaltar, também, que alguns consideram uma pessoa pobre aquela que não tem uma casa e nada para comer, afirmando em alguns casos que *“não me considero pobre não, nem pobre, nem rica, né, mas razoável, que dá pra gente se manter”* (GFC).

Foi comum perceber uma associação entre pobreza e aspectos morais nos padrões de respostas, onde ser pobre é associado a elemento pejorativo e menos valorativo, como preguiça, acomodação, castigo, entre outros: *“pobre é o cão, é o diabo”* (GFC), onde a relação com ser rico tem um aspecto de grandeza de espírito, merecimento. O ser pobre seria uma espécie de status, uma marca identitária, que tem como “critério seu pertencimento social a um estrato específico da população, estrato desvalorizado, já que é definido a partir da dependência de um pelo outro(s)” (Accorssi, 2011, p. 89). Assim, no processo de avaliação da condição de pobreza, o pobre estava no outro, *“mas tem pessoa mais pobre, mais pobre do que a gente”* (GFBJ). Para Góis (2012), a condição de ser pobre perpassa concretamente a realidade vivida, impondo modos de viver es-

pecíficos, diferentes formas de aceitação e de significação que são agravadas, segundo Demo (2005), quando o pobre nem sequer consegue saber que é pobre, persistindo em acreditar que sua pobreza é sina, fato natural ou culpa. Tais naturalizações envolvem o sentir-se, aceitar-se e incorporar o estereótipo do pobre, perpetuando situações opressivas ou, conforme Freire (1980), apresentando-se como uma das principais armas na manutenção da dominação e silenciamento.

De algum modo, quando um participante do grupo pontua que *“Eu também concordo com ela que nós não somos pobres, mas também não é classe média”* (GFC), ele está avaliando sua realidade hoje diante de desafios maiores, porém o não pertencimento a uma classe ou lugar pode minar as possibilidades de articulação e de questionamento das condições materiais e culturais vividas. Outro aspecto é a associação da pobreza como restrição no modo de pensar e perceber a realidade: *“então aquelas pessoas que menos têm orientação são mais fáceis de ser pobres. Às vezes pobre, quando não é pobre de dinheiro, é pobre de pensamento, é pobre de atitude, né?”* (GFC). Há, expressa nessa fala, conteúdo constatado por Siqueira (2009) como comum entre os séculos XII e XV. Nesse período, foram iniciadas as associações dos sujeitos em condições de pobreza como sendo preguiçosos, vagabundos e incompetentes (Siqueira, 2009). Há, na perpetuação no século XXI destes pensamentos pelos sujeitos que habitam territórios marcados pela pobreza expressa, uma rede de estigmas corroborados na atualidade por meio da associação do termo pobre a aspectos pejorativos, o que acarreta como consequência a necessidade de elaboração de conteúdos de reflexão e crítica.

Pobreza multidimensional

Para mensurar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), tem sido utilizada a metodologia Fuzzy, uma perspectiva complexa que converte informações vagas, abstratas (neste caso, informações sobre educação, saúde, trabalho etc.) em formato numérico, ultrapassando o padrão binário e dicotômico, baseado em verdadeiro ou falso. A lógica das variáveis dicotômicas, onde 0 = não pertence e 1 = pertence, é substituída pela lógica de variáveis ordinais, onde o intervalo [0-1] é abordado a partir de uma função linear e cada variável possui um valor mínimo e máximo. Assim, ao analisarmos o IPM, quanto mais os valores das respostas estiverem próxi-

mos do número um, mais as pessoas serão consideradas mais privadas, ou seja, mais pobres; quanto mais os valores estiverem próximos do número zero, serão consideradas menos privadas, ou seja, menos pobres multidimensionalmente. Pode-se assim avaliar o conjunto dos indicadores, suas correlações e o grau de privação da população estudada. De acordo com Comim, Bagolin, Porto, Bender, Picolotto e Avila (2007), o cálculo do IPM é feito a partir de uma média de cada uma das dimensões do questionário da Pobreza Multidimensional, buscando calcular um IPM total, como uma média constituída a partir de cada uma das médias das dimensões encontradas.

A análise do IPM retratou que a média do valor total desse índice foi de 0,2552. Dos 417 participantes desta pesquisa, 54,4% estão abaixo da média do IPM, sendo 59,5% residentes em Fortaleza e 40,5% moradores de Canafístula. A partir da análise descritiva exploratória, foi possível encontrar os valores de IPM para cada uma das cidades pesquisadas, sendo o IPM de Fortaleza igual a 0,2290 e o IPM de Canafístula 0,2818. Percebe-se, nesta investigação, que há um número expressivo de sujeitos em condições de pobreza residentes no contexto rural. Apesar desse resultado, o contexto urbano pode ser caracterizado como marcado por uma maior complexidade nas redes de exclusão, de violência e de invisibilidade e impessoalidade dos problemas sociais, sendo possível perceber os desdobramentos disso nas condições de vida, trabalho, educação e saúde (Bellaguarda, Soares, Moreira, Coelho, & Ximenes, 2008) dos entrevistados.

Do grupo com o IPM mais alto, tendo o valor desse índice superior a 0,2552, a média de idade é de 43 anos e a de filhos é de três por entrevistado. Do número total, 22,1% são homens e 77,4% mulheres, 74,5% residem com a família, sendo 74,2% beneficiários do governo. Dentre os entrevistados com maior incidência de pobreza multidimensional, 75,8% não possuem trabalho remunerado, 36,8% informaram receber até 85 reais e 5,8% das pessoas recebem mais de um salário mínimo. Contrastando com a incidência de 6,2% dos sujeitos com baixa incidência de pobreza multidimensional que precisaram vender algo de casa para comprar comida, 30% dos entrevistados com alto índice de pobreza informaram já terem vendido algo em casa para comer. Há ainda uma alta discrepância entre os sujeitos pobres que já precisaram pedir dinheiro para se alimentar (39,5%) e aqueles com mais baixo IPM que também necessitaram tomar

a mesma atitude (7,9%). No tocante ao grupo com elevado IPM, 54,3% das pessoas consideram-se pobres, 3,7% ricos e 41,6% informaram que se consideram nem ricos, nem pobres.

No grupo com o IPM mais baixo, com valor inferior ao valor geral de 0,2552, 59,5% das pessoas residem em Fortaleza e 40,5% em Apuiarés. A média de idade é de 35 anos e a de filhos é um por pessoa. Nesse grupo, 33% são homens e 66% mulheres. Quando perguntados sobre o exercício de trabalho remunerado, 38,8% pessoas informaram não possuir atividade remunerada, 15% informaram receber até 85 reais e 31,7% recebem mais que um salário mínimo. Entre os entrevistados, 6,2% já precisaram vender algo em casa para comer e 7,9% pessoas pediram dinheiro para se alimentar. Consideram-se pobres 22,5% dos sujeitos com baixo IPM; 3,5% informaram serem ricos e 73,6% dizem-se nem ricos e nem pobres. Desse grupo, 79,3%, moram com a família e 50,7% das pessoas recebem algum benefício do governo.

Destaca-se o fato de que dentre a porcentagem dos que recebem algum tipo de benefício governamental, o grupo de maior porcentagem possui conseqüentemente o maior valor do IPM, estando em maior situação de privação. Segundo o MDS (2012), a elaboração do Plano Brasil sem Miséria, que se fundamenta na perspectiva da transferência de renda, permitiu uma redução de 36,5% no índice de pobreza do país entre 2003 e 2009, o que indica que há uma relação positiva direta entre a transferência de renda e a diminuição dos indicadores de pobreza.

O cálculo do IPM, ao considerar aspectos ampliados das condições socioeconômicas dos participantes, permite inferir que pessoas que compartilham maior incidência de privação e, conseqüentemente, maior IPM, apresentaram valores significativos quanto às necessidades de trabalho remunerado e garantia de segurança alimentar, de forma que não mais necessitem vender algo em casa ou pedir dinheiro para comer. Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que os sujeitos com elevado IPM se descrevem, em sua maioria, como pobres ou nem ricos e nem pobres, contabilizando 95,9% das respostas válidas. Trata-se da manifestação de uma face da identidade de oprimido e explorado (Góis, 2008), que permite a redução da angústia e do sofrimento frente à miséria e às constantes experiências de violência vividas pelos sujeitos. Definir-se como pobre seria, nesse sentido, uma tentativa de se impor frente aos caminhos de

exploração cotidianos ao denunciar aspectos que são compartilhados por vários sujeitos dentro de uma dada realidade social.

Pobreza multidimensional e fatalismo: problematizações necessárias

O uso do método de regressão linear entre as escalas de IPM e de Fatalismo permitiu encontrarmos uma relação significativa entre ambas, com um R Square de 17,4%, o que significa que existe um grau de explicação importante entre as escalas. Para análise dos aspectos subjetivos da pobreza, a relação significativa entre as escalas de Fatalismo e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) confirma a reflexão de que a situação contextual de múltiplas privações acarreta diferentes implicações psicossociais, dentre as quais o fatalismo aparece como mecanismo psíquico de reação a uma realidade onde são encaradas múltiplas dificuldades (Cidade, Moura, & Xiemenes, 2012), tais como de acesso a rendimentos, à habitação de qualidade, às políticas públicas efetivas, entre outros. Os fatores, presentes na escala de fatalismo, com maior carga fatorial de seus itens foram em ordem crescente: sorte, controle divino, *locus* interno e pessimismo. Percebeu-se que os participantes da pesquisa relacionam o que acontece na sua vida e as perspectivas de futuro muito à sorte e ao controle, o que dificulta entrar em contato direto com a realidade de opressão em que vivem.

O conceito de fatalismo possui múltiplas definições teóricas e é largamente utilizado na América Latina. Villar et al. (2010) apontam que as definições mais utilizadas são aquelas que definem o fatalismo como o sumo do pessimismo, como uma crença de que o curso do destino não pode ser alterado e que os eventos da vida estão fora do controle da pessoa, e que existe uma predeterminação ou destino que permite uma atitude resignada. Martín-Baró (1986) faz uma crítica às leituras psicologizantes do termo, que culpabilizam os sujeitos e individualizam esse processo, ampliando sua perspectiva para uma definição psicossocial ao conceber que as causas da perpetuação do fatalismo estão nos modos como as sociedades se organizam.

O fatalismo, segundo Martín-Baró (1986), interfere na maneira como os sujeitos desenvolvem sistemas explicativos sobre as experiências cotidianas ao atribuir às forças divinas ou à sorte a responsabilidade pelos fatos. A naturalização da pobreza representa uma ferramenta de manu-

tenção do *status quo* ao imprimir consequências no psiquismo humano através da elaboração de formas de compreender e explicar a realidade como predeterminada e estática (Martín-Baró, 1986). Experiências de privação, abandono e agressão compartilhadas pelos sujeitos pobres (Cidade, 2012) colaboram para que o fatalismo se perpetue não como herança irrefletida, mas sim como conteúdo oriundo das experiências cotidianas. É válido ressaltar que o fatalismo não se refere a uma total apatia do sujeito diante do mundo. É um tipo de desesperança aprendida (Ardila, 1979, citado por Martín-Baró, 1986), quer dizer, dá-se como consequência de processos de aprendizagem de aspectos cognitivos, afetivos e práticos decorrentes de muitos esforços frustrados em mudar a realidade. Góis (2012) afirma que a pobreza e o fatalismo podem acarretar uma maior desagregação comunitária, repercutindo em apatia, violência e desmobilização social dos moradores.

Nos resultados da escala aplicada por nós, é possível analisar as características expostas pelos autores acima, dispostas nos fatores que as agregam (Sorte, Controle Divino, *Locus Interno*, Pessimismo). A Tabela 1 permite visualizar a frequência de resposta a cada item, organizadas por fator.

Tabela 1. Relação entre fatores, itens, números válidos, carga fatorial, frequência de respostas

Fator	Item	Frequência
Sorte	Existem pessoas que nascem com sorte.	47,2% Concordo; 19,3% Discordo.
	Não posso vencer na vida, não importa o quanto eu me esforce.	42,7% Discordo; 20,5% Concordo
	Quando acontecem coisas boas com as pessoas é por boa sorte.	36,4% Discordo; 33,2% Concordo;
	As coisas realmente boas que me acontecem são, geralmente, por sorte.	41,5% Discordo; 33,7% Concordo.
	O sucesso está determinado quando se nasce, não há nada que se possa fazer para ter sucesso na vida.	35% Discordo; 34,5% Concordo.

Controle Divino	Tudo que acontece com uma pessoa foi planejado por Deus.	42,9% Concordo; 21,8% Discordo; 18,9% Concordo Totalmente.
	Se acontecem coisas ruins, é porque tinha que ser assim.	43,1% Concordo; 29,7% Discordo.
	Qualquer que aconteça na minha vida é porque Deus quer que aconteça.	43,1% Concordo; 18,9% Concordo Totalmente; 16,9% Discordo; 16,9% Nem discordo nem concordo.
	Deus controla tudo de bom e de mau que acontece com uma pessoa.	46,6% Concordo; 18,1% Concordo totalmente; 18,1% Discordo.
	A pessoa morre quando é sua hora e não há muito o que se possa fazer sobre isso.	54,8% Concordo; 16% Concordo Totalmente.
Locus Interno	Minha vida está determinada pelas minhas próprias ações.	59,5% Discordo; 14,7% Concordo.
	O que a gente ganha na vida é sempre resultado do esforço que a gente dedica.	59,7% Discordo; 32,9% Discordo totalmente.
	O que acontece comigo é consequência do que faço.	66,7% Discordo; 12,5% Discordo totalmente.
Pessi- mismo	Sinto que não tenho nenhum controle sobre as coisas que acontecem comigo.	45,9% Discordo; 28% Concordo.
	Não importa o que faça, se algo ruim vai acontecer acontecerá de qualquer jeito.	46% Concordo; 30,4% Discordo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Segundo os dados obtidos, percebe-se que o fator Sorte se mostra controverso em suas frequências de resposta. Percebe-se que 61,3% afirmam concordar ou concordar totalmente com a existência de pessoas que nascem com sorte. Contudo, não está claro, segundo os dados obtidos, se há uma compreensão predeterminada da sorte como elemento responsável pelo sucesso da vida dos indivíduos. Aproximadamente 58,7% dos participantes afirmaram discordar parcial ou totalmente da afirmativa do sucesso como designado desde o nascimento, o mesmo ocorrendo quando foi indagado se os bons acontecimentos relativos a si são por sorte (62,4% discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente). Já no que se refere aos bons acontecimentos relacionados às pessoas em geral, 59% afirmam discordar, discordar parcialmente ou discordar totalmente. Estes dados permitem afirmar, tal como defendido por Cidade e Ximenes (2012, p. 91), que para sujeitos em condições de pobreza “o êxito obtido nas atividades empreendidas está relacionado tanto à sorte, ao acaso, como à intensidade de seus esforços pessoais”.

Não há, portanto, a ideia de um futuro que esteja totalmente à mercê de conteúdos de sorte. Ao contrário, o sujeito se reconhece como responsável pelo curso de sua própria vida, o que permite enfatizar que a associação direta entre o fatalismo e a incapacidade do indivíduo em reagir, ficando apático diante de sua vida, não é adequada e reduz a compreensão sobre as manifestações do fatalismo (Cidade, 2012). Outro aspecto diz respeito ao fato de que, nas sociedades atuais em que impera o neoliberalismo, há um crescente processo de autorresponsabilização dos sujeitos pelo curso de suas vidas, o que pode ocasionar o processo de culpabilização psicológica (Guareschi, 2009) ao permitir que sujeitos sejam concebidos como responsáveis por processos que, na verdade, encontram-se envoltos em um universo relacional de interdependência complexa e multifacetada.

Nesse sentido, Blanco e Diáz (2007) afirmam que, na atualidade, a indefinição diante dos acontecimentos cotidianos permite que o fatalismo manifeste seu rosto bifronte, composto pelo fatalismo individualista e pelo fatalismo coletivista. A primeira face do fatalismo representa uma estratégia de adaptação às contingências aleatórias, às ameaças incontrolláveis. O fatalismo coletivista, por sua vez, está caracterizado pela aceitação passiva de um destino inevitável emanado de uma força natural ou sobrenatural.

Revela-se, aí, portanto, o segundo fator da Escala de Fatalismo utilizada neste estudo: o controle divino. No item “A pessoa morre quando é sua hora e não há muito que se possa fazer sobre isso”, 54,8% concordam. Na afirmativa “Deus controla tudo de bom e de mau que acontece com uma pessoa”, 46,6% concordam. No item “Qualquer coisa que aconteça na minha vida é porque Deus quer que aconteça”, 43,1% concordam e 18,9% concordam totalmente. No item “Se acontecem coisas ruins é porque tinha que ser assim”, 43,1% concordam e 29,7% discordam. Por fim, no índice “Tudo que acontece com uma pessoa foi planejado por Deus”, 42,9% concordam e 21,8% discordam. O alto índice de controle divino, segundo análise, permite inferir que o mesmo incide positivamente na análise do fatalismo.

A alta porcentagem de concordância quanto aos itens permite afirmar a crença de que, para a maioria das pessoas entrevistadas, existe um Deus que está no comando da vida, o que se mostra contraditório ao ser comparado ao fator sorte, quando foram obtidas respostas que, em certo sentido, indicavam uma responsabilidade individual pelos acontecimentos de suas vidas. Percebe-se, com isso, a manifestação da face coletivista do fatalismo defendida por Blanco e Diáz (2007), segundo a qual a crença em uma força divina, um Deus todo poderoso que interfere sobre o curso da vida, encontra suas raízes no contexto social. Tal espaço passa então a ser considerado em termos de “ciclos pré-determinados, modelos pré-fabricados de existência subumana, onde um presente de pobreza e adversidades sempre perduram como um fenômeno da natureza, que não se pode mudar” (Nepomuceno, 2003, pp. 26-27). Inscreve-se, com isso, a ideia de existência de uma ordem já estabelecida, exercida em função da vontade divina, que seria a grande responsável pelo destino dos sujeitos.

Sobre esse aspecto, no Grupo Focal realizado com moradores da Canafistula (GFC), percebeu-se a forte religiosidade vinculando o destino dos moradores às mãos de Deus, concebido como o senhor responsável pelo curso das vidas. Alguns colocaram a importância de sua ação e da ação coletiva, da organização e do controle social, o que diz de um *locus interno* desenvolvido, enquanto que outros falam da importância de se ter fé. Muitas vezes também a fé é colocada como potência de ação: por exemplo, se fala da fé em trabalhar e conseguir algo, a fé como motivação, co-

ragem e união. Nesse ponto, percebe-se a existência de uma dupla função atrelada ao controle divino: a compreensão de que é Deus o responsável por sua vida, o que pode conduzir à observação do fatalismo como a adoção de uma postura passiva do sujeito diante de sua vida, ou à consideração de que a crença em conteúdos religiosos fornece o distanciamento emocional necessário para que o sujeito consiga entrar em contato com a realidade e, assim, empreender mudanças. Tal análise encontra coerência com a afirmação de Blanco e Diáz (2007, p. 554, tradução nossa) de que o fatalismo está situado “em um ponto inconcluso dentro de um contínuo em cujo um dos polos estariam as convicções e crenças que alimentam e justificam a resignação e a apatia, e em outro a mera pressão para a conformidade”. O fato que se coloca é que, diante do sofrimento acarretado por não conseguir realizar os anseios pretendidos, atribuir às leis da natureza as causas do mal-estar é uma alternativa psicologicamente aceitável para lidar com essa dor (Jaspard, 2004).

De acordo com Góis (2008), fatalismo e sofrimento do cotidiano estariam em um primeiro ponto de uma escala que teria como polo oposto o estabelecimento de uma doença grave ou transtorno mental. Ocorre, portanto, que o fatalismo expressa um nível de estresse sociopsicológico que é vivido, de maneira mais intensa, por sujeitos que têm seus cotidianos marcados pela pobreza. Se o fatalismo, em seu nível mais simples, permite a ruptura lenta e progressiva da homeostase orgânica, psíquica e social (Góis, 2008), sua consequência expressa na sociedade será a propagação entre os sujeitos de pensamentos de incapacidade de mudança, de submissão, de estar à mercê da própria sorte. Nesse sentido, o fatalismo contribui para a alienação e a perpetuação da rigidez estrutural da sociedade ao limitar o poder de ação dos sujeitos. Afinal, a “mitificação das forças históricas como natural ou como Deus” (Martin-Baró, 1986, p. 97) culmina por retirar o indivíduo do cenário social como ativo e transformador de sua vida e da sociedade na qual habita.

Nos itens relacionados ao fator *Locus Interno*, o item “Minha vida está determinada pelas minhas próprias ações”, o maior percentual é correspondente à resposta “discordo” (59,5%). Ao item “O que a gente ganha na vida é sempre resultado do esforço que a gente dedica”, 59,7% respondeu que discordam e 32,9% discordam totalmente. Por fim, no item “O que acontece comigo é consequência do que faço”, 65,2% discordam.

A análise desse fator incide negativamente sobre o fatalismo; por esse motivo, os índices estão invertidos para a análise. O que podemos perceber é um baixo índice de lócus interno (ou controle interno), o que incide positivamente sobre o fatalismo. Dessa forma, entende-se que o grupo pesquisado apresenta alto índice de controle divino e baixo índice de lócus interno, o que permite a propagação do fatalismo. Afinal, é a sensação de impossibilidade de intervir diante dos fatores da vida que faz com que o homem perca “seu sentido de luta pela concretização de seus sonhos, sente-se predestinado ao seu destino e incapaz de agir sobre ele” (Guzzo & Lacerda, 2007, p. 233).

Grande desafio se coloca, portanto, ao ser considerado que, para a elaboração de estratégias que permitam a superação do fatalismo, é importante a eleição de ações que favoreçam a capacidade do sujeito de se reconhecer como ativo e construtor de sua vida. Esse caminho será possível somente quando a insegurança e a indefinição quanto ao futuro tiverem suas consequências cotidianas minimizadas.

Nos itens relacionados ao fator Pessimismo, temos que, no item “Sinto que não tenho nenhum controle sobre as coisas que acontecem comigo”, 45,9% discordam da afirmativa. Já no item “Não importa o que faça, se algo ruim vai acontecer, acontecerá de qualquer jeito”, 46% concordam. Esse fator anuncia que, tal como possível de ser observado no fator Sorte, existe um ponto não totalmente claro que demarca o limite vislumbrado pelo sujeito entre o que está sob seu controle e o que lhe escapa.

Percebe-se que, enquanto forma adaptativa, o fatalismo se configura como caminho viável aos indivíduos para aceitação de condições de vida causadoras de sofrimento. Com isso, dados em alguns momentos contraditórios podem indicar que as manifestações do fatalismo coincidem ao colocar o sujeito em um caminho indefinido entre a compreensão de si como capaz de transformar a própria vida e a percepção de estar à mercê de forças divinas.

Considerações parciais

Propor um trabalho que intente a elaboração de conhecimentos científicos condizentes com a realidade da população requer, assim

como o desenvolvido nesta investigação, fundamentar-se em referenciais que permitam elaborar um pensamento crítico. A aproximação dos conhecimentos em Psicologia com os estudos de outras áreas do conhecimento favorecem o desenvolvimento de um olhar objetivo passível de ser estendido para uma análise histórica e cultural mais ampla do fenômeno da pobreza, capaz de inseri-la como elemento complexo e multifacetado.

A articulação entre o IPM e o fatalismo permitiu entrarmos em contato com o que já supúnhamos: a observação de que as condições e conduções de vida dos sujeitos estão atravessadas por aspectos relacionados aos seus rendimentos, mas também à qualidade de serviços públicos ofertados nos âmbitos da saúde, educação, qualidade de habitação. Se é imprescindível a consideração de que a pobreza interfere diretamente no fatalismo e que este fenômeno seria o representativo de uma possível situação de apatia e sofrimento que venham a se instaurar nos indivíduos, temos como indicativos o fato de que é relevante pensarmos em estratégias que permitam o resgate da análise crítica dos fenômenos cotidianos, bem como o desenvolvimento de estratégias que favorecem a diminuição da pobreza e do sofrimento psíquico dela decorrente.

Referências

- Accorssi, A. (2011). *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Avila, R. P., Bagolin, I. P., & Comim, F. V. (2012). Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre – RS. *Economia*, 13(2), 447–463.
- Bastos, A. C. S., Rabinovich, E. P., & Almeida, M. B. (2010). Living the world of poverty: The researcher as participant/apprentice. *Psychology and Developing Societies*, 22(2), 221–247.
- Bellaguarda, A. P., Soares, C. A., Moreira, C. P., Coelho, J. P. L., & Ximenes, V. M. (2008). Psicologia Comunitária no contexto urbano; tecendo algumas considerações a partir de uma práxis. In V. M. Ximenes, C. E. M. Amaral, & F. G. Rebouças (Orgs.), *Psicologia Comunitária e Educação Popular: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará* (pp. 105- 118). Fortaleza: LC Gráfica e Editora.

- Blanco, A. & Diáz, D. (2007). El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, 19(4), 552-558.
- Cidade, E. C. (2012). *Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Cidade, E. C., Moura, J. F., Jr., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo Latino-Americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98.
- Cidade, E. & Ximenes, V. (2012). As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 1(1), 80-102.
- Comim, F. V., Bagolin, I. P., Porto, S. S., Bender, R., Picolotto, V., & Avila, R. P. (2007). *Relatório sobre indicadores de pobreza multidimensional e pobreza extrema para Porto Alegre* (Relatório de Pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Demo, P. (2005). *Dureza: pobreza política de mulheres pobres*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Freire, P. (1980). *Conscientização*. São Paulo: Editora Moraes.
- Góis, C. W. (2003). *Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.
- Góis, C. W. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec.
- Góis, C. W. (2012). *Psicologia clínico-comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Guareschi, P. (2009). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de Liberação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Liberação* (pp. 49-64). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F., (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicología* 41(2), 231-240.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F. (Orgs.). (2009). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Liberação*. Campinas, SP: Alínea.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2011). *Censo Demográfico 2010*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2013). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. (2012). *Perfil municipal de Fortaleza tema VIII: O mapa da extrema pobreza*. Fortaleza: Secretaria do Planejamento e Gestão.
- Jaspard, J. M. (2004). Significação religiosa do sofrimento e posição psicológica na fé. *Revista Psicologia USP*, 15(3), 191-212.
- Laderchi, C. R., Saith, R., & Stewart, F. (2003). Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series*, 107. Acesso em 11 de março, 2014, em <http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>
- Martín-Baró, I. (1986). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Marujo, H. A. & Neto, L. M. (2010). Psicologia comunitária positiva: um exemplo de integração paradigmática com populações de pobreza. *Análise Psicológica*, 28(3), 517-525.
- Mendonça, G. C. (2006). *Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.
- Mendonça, M. J. C. & Motta, R. S. (2008). *Saúde e Saneamento no Brasil*. Acesso em 05 de janeiro, 2014, em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/33/33>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2012). *Bolsa Família e aumento do salário mínimo contribuíram para diminuir pobreza*. Acesso em 05 de janeiro, 2014, em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/julho/bolsa-familia-e-aumento-do-salario-minimo-contribuiram-para-diminuir-pobreza>
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2013). *10 anos do Programa Bolsa Família*. Acesso em 11 de março, 2014, em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2010). A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In R. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate da questão social* (pp. 65- 82). Campinas, SP: Alínea Editora.

- Moreira, J. K. P., Bandeira, M., Cardoso, C. S., & Scalon, J. D. (2011). Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em uma população assistida por equipes do Programa Saúde da Família. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 60(3), 221-226.
- Nepomuceno, L. B. (2003). *Nordestinos e nordestinados: elementos para uma reflexão psicossocial sobre subdesenvolvimento no Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso, Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O., & Soares, C. A. (2008). Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *Psico (PUCRS Online)*, 39(4), 456-464.
- Picolotto, V. C. (2006). *Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações: uma aplicação para a grande Porto Alegre através dos indicadores fuzzy*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. (2010). *Indicador do RDH avalia novas dimensões da pobreza mundial*. Acesso em 10 de novembro, 2010, em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2425>
- Rego, W. L. & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp.
- Rocha, S. (2013). *Transferências de renda: o fim da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rolim, C., Andrade, J. R. L., Santana, J. R., & Melo, R. O. L. (2006). Construção de indicadores de pobreza: aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. *Revista Econômica do Nordeste*, 37(4), 512-529.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Função Perseu Abramo.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siqueira, M. P. S. (2009). *Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira*. Acesso em 10 de dezembro, 2011, em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>
- Stotz, E. N. (2005). A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, 3(1), 9-30.

- Villar, O. A. E., Soto, J. Q., & Saucedo, I. C. C. (2010). Propiedades psicométricas de la Escala Multidimensional de Fatalismo y su relación con comportamientos de la salud. *Colección Reportes Técnicos de Investigación*, 10, 1-34.
- Ximenes, V. & Góis, C. W. (2010). Psicología comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate da questão social* (pp. 45-64). Campinas, SP: Alínea Editora.